|  |
| --- |
| TEMA: ‘‘Segurança nas escolas’’ |

**Senado Federal**

**Comissão da Educação, Cultura e Esporte – CE, Anexo II, Plenário 15**

**14 de Maio de 2019. Início: 09h, término 11h04**

A audiência foi presidiada pelo vice-presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns (REDE/PR). O Parlamentar iniciou a sessão destacando o principal motivador da audiência, o triste ocorrido em Suzano-SP. A principal pauta de discussão da audiência é, assim, a segurança nas escolas públicas e as diversas diretrizes envolvidas. Ao final da audiência, convoca os convidados da mesa juntamente com o autor do requerimento, Senador Confúcio Moura, para uma reunião a fim de estabelecer medidas concretas para a problemática.

Dra. Marilene Proença Rebello de Souza - Diretora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP – começa por destacar o papel fundamental da análise psicológica para o melhor desenvolvimento dos jovens estudantes tanto social como intelectualmente. Assim, salienta a relevância da substitutiva ao PL 3688 de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns, que visa integrar equipes de apoio psicológico nas escolas e a inserção de equipes multifuncionais na educação básica. A diretora do Instituto cita uma característica negativa do país que influencia diretamente nas circunstâncias da educação, acredita que para que algumas atitudes e decisões políticas sejam tomadas, tragédias devem acontecer, havendo somente movimentação política para a consequência e não para a causa. Marilene destaca o relatório sobre uma pesquisa feita por diversas entidades, inclusive universidades públicas, no qual o foco era a violência e o preconceito nas escolas. Buscou alcançar os diversos agentes envolvidos nessas situações - professores, alunos, responsáveis - e percebeu-se que a escola é muitas vezes entendida como produtora e/ou reprodutora dos diversos preconceitos presentes em sociedade. é visto como ambiente inseguro tanto físico como psicologicamente. A pesquisa destaca também os pontos considerados fundamentais pelos alunos: melhorias físicas, aulas dinâmicas, discussão de temáticas que englobam assuntos relevantes socialmente como o racismo, a homofobia, relações sexuais. básica. Por último, a Dra. salienta os três pilares considerados fundamentais para construção de políticas públicas na área de educação: rede de proteção social, acompanhamento de estudantes e professores na promoção da aprendizagem e, no trabalho de equipes multiprofissionais, destacando o caráter fundamental do acompanhamento da aprendizagem.

João Marcelo Borges - Diretor da estratégia política do Todos pela educação - começa por evidenciar a baixa aprendizagem do sistema educacional e a limitação da potencialidade dos jovens em função das precariedades. A título de exemplificação, cita o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes em 2015 - compara a educação brasileira com a educação do Vietnã - estudantes de classe alta brasileiros obtiveram resultados inferiores, em média, a estudantes de classe baixa do Vietnã. O diretor explicita que o índice de alunos que concluíram o nível de educação básica mais que dobrou entre 2007 e 2017, contudo, destaca que estas iniciativas começaram de forma tardia e que há muito a ser feito a fim de se limitar as desigualdades. Traz dados sobre os principais atributos destacados por alunos de Ensino Médio e suas discrepâncias - enquanto que para alunos das classes D e E a segurança é assunto principal, para alunos das classes A e B não é relevante. Assim, João Marcelo afirma a importância da discussão tendo em vista que a violência é uma realidade das escolas brasileiras e não somente um assunto originado de um caso extraordinário. Conclui destacando a pesquisa realizada pela PUC-RS sobre o impacto do stress crônico no desenvolvimento cerebral – a contínua exposição ao stress é comprovadamente limitadora do desenvolvimento cerebral, há diminuição de capacidades executivas diretamente relacionadas ao aprender - e ressalva que as violências “não vistas” são tão impactantes quanto as “vistas”.

Doutor Leonardo - representante do Ministério da Educação - começa por ressalvar a importância da reflexão sobre o que já está sendo feito na educação nacional e o auxílio de mecanismos estrangeiros para melhor desenvolvimento. Destaca uma iniciativa desenvolvida pelo Organização Mundial da Saúde que busca sistematizar um programa de sucesso no sentido de redução da violência - os quatro fatores que devem ser almejados: desenvolvimento do estudante (habilidades socioemocionais), é fator fundamental no sentido de coibir violência; apoio a família, normas e políticas que promovam igualdades; e a capacidade de impactar positivamente o desenvolvimento dos profissionais da educação. O doutor retoma o ponto explicitado por João Marcelo e destaca o caráter fundamental do desenvolvimento das habilidades emocionais para um maior desenvolvimento intelectual - é fundamental desnaturalizar a violência institucionalizada em ambiente escolar. Abordando a questão sobre projetos já consolidados, Leonardo destaca o Programa Saúde na Escola e o seu sucesso nesta tentativa de promover assistência e combate à violência. Cita a possível conciliação entre a substitutiva ao PL3688 destacada pela Dra. Marilene e este programa na tentativa de implementar políticas realmente efetivas e concretas. Por fim, apresenta também o programa -“Becoming a men”- que alcançou resultados não só na escola mas também nas comunidades -redução considerável das violências e aumento considerável de alunos formandos por meio do aconselhamento dos estudantes e desenvolvimento de suas habilidades cognitivas.

Confúcio Moura - Senador pelo MDB/RO - reafirma a importância do ponto destacado pela Dra. Marilene sobre os profissionais psicólogos e diz que, em função da precariedade financeira das prefeituras, há de se ter medidas alternativas para implementação dessa política. Salienta também a importância da melhoria estrutural do ambiente escolar como fundamental para que os jovens se sintam acolhidos à um ambiente propício de desenvolvimento, acrescentado, por último, como sendo fator prioritário a ser analisado pelo MEC.

Styvenson Valetim - Senador pelo PODEMOS/RN - começa por ressaltar a forma rasa como as instituições públicas se comportam para com os alunos, não havendo uma maior administração sobre em que condições o jovem foi colocado no ambiente escolar e qual a carga de violência que traz com si. O Senador diz que a educação transpassa local fixo e envolve todo um contexto sociocultural e que este deve ser analisado. Por último, Styvenson afirma que a violência não é inerente a pobreza e a periferia e, que deve haver discussão sobre a violência em escolas particular da mesma forma.

Marcos do Val - senador pelo CIDADANIA/ES - em meio ao momento de violência que a sociedade enfrenta, solicita a opinião dos convidados a mesa sobre a legalização da posse/facilitação do porte dos profissionais de educação em ambiente escolar tendo em vista a aprovação da corte americana no Texas.

Renilde Bulhões - Senadora pelo PROS/AL - começa por destacar o caráter fundamental dos professores no processo de educação dos jovens. Posteriormente, diz que há falta de preparo destes profissionais e assim, a necessidade de políticas de profissionalização efetivas.

Marilene, ao seu discurso final, destaca a mudança de esferas em função das redes sociais. A Dra. ressalva que o espaço de convivência dos alunos não é mais somente o ambiente escolar, as redes sociais promoveram outras formas de contatos, havendo a necessidade de políticas públicas que impactam o ambiente social como um todo. Salienta a importância do ponto destacado pela Senadora Renilde sobre a melhor profissionalização dos professores e do incentivo ao diálogo dentro do ambiente escolar.

Por fim, João Marcelo encerra argumentando contrariamente ao que foi apontado pelo Senador Marcos do Val. Diz que há suficientes experiências internacionais que demonstram a ineficiência do armamento em ambiente escolar, estatisticamente comprovado que armamento e segurança não são inerentes.